

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO  
DE LEI Nº 8035/2010  
(Do Poder Executivo)**

“Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.”

**EMENDA ADITIVA Nº  
(Do Sr. Mandetta)**

Acrescente-se a Estratégia 20.7 à Meta 20 do Anexo do Projeto de Lei nº 8035/10, com a seguinte redação:

20.7) Para colaborar no cumprimento das metas e estratégias deste Plano Nacional de Educação, no prazo de dois anos contados da aprovação desta Lei, deverá ser criado o Fundo de Investimento na Infra-Estrutura e Transporte Escolar da Educação Básica Pública, gerido pelo Ministério da Educação na forma de um mecanismo de transferências diretas a estados e municípios que priorize os fundos estaduais do Fundeb que apresentem menor custo-aluno/ano. Este novo Fundo deverá ser composto pela destinação de 5% do lucro líquido das empresas estatais federais e seu montante deverá ser adicional a todas as transferências obrigatórias e voluntárias empreendidas pela União, configurando-se em um recurso efetivamente novo e promotor de equidade em termos de oferta de insumos educacionais.

**JUSTIFICATIVA**

A infra-estrutura e o sistema de transporte escolar, especialmente das redes públicas de educação básica do Norte e Nordeste do país, estão marcadamente sucateadas. Portanto, no âmbito deste II PNE pós-redemocratização, é preciso estabelecer estratégias de melhoria das condições de ensino e aprendizagem nas escolas públicas brasileiras, que muitas vezes apresentam condições indignas. Apenas para ficar em alguns exemplos, a opinião pública tem alertado para a ausência de água filtrada em milhares de escolas públicas brasileiras, bem como são cotidianos acidentes rodoviários envolvendo crianças mal atendidas pelos sistemas públicos de transporte escolar.

Segundo o “Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”, apenas em 2003, o lucro líquido das empresas estatais somaram R\$ 19,2 bilhões. Em 2010, segundo comunicação para os acionistas, a Petrobrás anunciou lucro líquido na ordem de R\$ 35,189 bilhões.

Portanto, como alternativa para o financiamento de condições dignas no atendimento dos estudantes brasileiros e certo de que isso, além de se constituir em um direito, influí positivamente na aprendizagem dos alunos, propõe-se aqui a destinação de uma alíquota de 5% do lucro líquido das empresas estatais para a composição deste “Fundo de Investimento na Infra-Estrutura e Transporte Escolar da Educação Básica Pública”. Se trata de uma contribuição justa e importante das empresas estatais para a melhoria do atendimento educacional, comprovadamente reconhecido como importante vetor de justiça social e desenvolvimento econômico.

Essa proposta foi extraída do livro “Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil” produzido em 2007 pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e sistematizado por Denise Carreira e José Marcelino Rezendo Pinto, especialista que foi o primeiro proposito de medida, encampada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e defendida em audiências públicas sobre o PNE. Vale dizer que a atualização desse estudo foi incorporada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução 8/2010, tornando-se peça oficial da educação nacional.

Sala das Comissões, 07 de junho de 2011.

**MANDETTO**  
Deputado Federal – DEM/MS